

## UM ESTUDO SOBRE O ROMPIMENTO DA POBREZA INTERGERACIONAL COM EX-BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TOCANTINS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12236>

Recebido em: 12/4/2021

Aceito em: 23/11/2021

Nanna Krishina de Rodrigues Silva,<sup>1</sup> Moacir José dos Santos,<sup>2</sup> Edson Trajano Vieira<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar como ex-beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Tocantins romperam com a pobreza intergeracional. A pesquisa foi qualitativa. Foi um estudo de casos múltiplos. Foram cinco casos com profissionais que receberam o auxílio financeiro do Pnaes no decorrer da graduação. Os casos foram holísticos, intencionais, com replicação literal. Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista semiestruturada, coleta de documentos e arquivos, como currículo Lattes e arquivos de fotos. A análise cruzada dos casos apontou que a pobreza intergeracional na vida dos entrevistados foi rompida por meio das estratégias familiares desenvolvidas ao longo da vida e da articulação dos fatores intra e extrafamiliares, alteração do *habitus*, aquisição de novos capitais, políticas de acesso, permanência e diplomação no Ensino Superior e oportunidades no mercado de trabalho. Durante a Graduação foram desenvolvidas oito estratégias comuns que maximizaram a empregabilidade, são elas: participação em projetos (extensão, pesquisa e outros), média diária de quatro horas de estudo extra, permanência diária estendida na instituição de ensino, aproveitar oportunidade de trabalho, participação em eventos, Pnaes como fator de permanência, participação política na universidade e rede de apoio com capital cultural. Conclui-se que essas estratégias podem ser incorporadas aos programas de assistência estudantil das instituições de ensino e no cotidiano dos discentes.

**Palavras-chave:** gestão e desenvolvimento regional; pobreza; política de educação; Programa Nacional de Assistência Estudantil.

### A STUDY ON THE BREAK OF INTERGENERATIONAL POVERTY WITH EX-BENEFICIARIES OF THE NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM IN TOCANTINS

### ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze how former beneficiaries of the National Student Assistance Program (Pnaes) in Tocantins broke with intergenerational poverty. The research was qualitative. It was a multiple case study, with five cases of professionals who received financial assistance from Pnaes during their undergraduate studies. The cases were holistic, intentional with literal replication. The instruments of data collection were the semi-structured interview, collection of documents and files, such as curriculum Lattes and photo files. The cross-analysis of the cases showed that the intergenerational poverty in the interviewees' lives was broken through family strategies developed throughout life and the articulation of intra and extra-family factors, alteration of the habitus, acquisition of new capital, access policies, permanence and diploma in higher education and opportunities in the labor market. During graduation they developed eight common strategies that maximized employability, which are: participation in projects (extension, research and others), daily average of four hours of extra study, extended daily stay at the educational institution, taking advantage of work opportunities, participation in events, Pnaes as a factor of permanence, political participation in the university and support network with cultural capital. It is concluded that these strategies can be incorporated into the student assistance programs of educational institutions and in the daily lives of students.

**Keywords:** management and regional development; poverty; education policy; National Student Assistance Program.

<sup>1</sup> Autora correspondente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Araguatins. Km 5, zona rural – Santa Tereza – CEP 77950-000 – Araguatins/TO, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3624145674970190>. <https://orcid.org/0000-0003-2589-5077>. [nannakrishina@gmail.com](mailto:nannakrishina@gmail.com)

<sup>2</sup> Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Universidade de Taubaté (Unitau). Taubaté/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3987800501488137>. <https://orcid.org/0000-0001-6865-0630>

<sup>3</sup> Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Universidade de Taubaté (Unitau). Taubaté/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4889417479100303>. <https://orcid.org/0000-0003-2171-2683>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa sobre o papel do Pnaes no rompimento da pobreza intergeracional vivenciado por ex-beneficiários moradores do Estado do Tocantins. A investigação decorreu da necessidade de se investigar como as políticas públicas de permanência no Ensino Superior contribuem para o desenvolvimento social ao possibilitar o rompimento da pobreza intergeracional. A subsistência de condições que impedem a superação da pobreza intergeracional podem ser reduzidas mediante a efetividade de políticas públicas, cuja mensuração contribui para o seu aprimoramento e é necessário para o alcance das metas estabelecidas.

A educação é um direito social garantido na Constituição Federal de 1988 e sua organização em níveis e modalidades foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Sua função está vinculada à formação para o mundo do trabalho e para a cidadania (BRASIL, 1988). O Estado é o responsável pela sua execução, com a responsabilidade sendo compartilhada com a sociedade e as famílias.

O acesso à educação não é uniforme em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e econômicas. Com menor renda e nível escolar, as famílias pobres acabam por cercar seus membros do alcance de alto grau de escolaridade, devido à necessidade de sobrevivência, falta de cultura educacional ou de esperança que a educação possa trazer resultados financeiros (LOSACCO, 2015; ARROYO, 2014). Assim, a complexidade da decisão entre a sobrevivência imediata e o investimento no futuro é permeada pela rede de relações em que essas famílias estão entrelaçadas.

Nessa perspectiva, compreender o que levou os entrevistados a estudarem até a Graduação, mesmo com os constrangimentos da pobreza, foi importante para elencar suas estratégias de rompimento da pobreza intergeracional, possibilitando que outras famílias possam replicá-las em seus cotidianos e maximizarem suas chances de terem a vida que escolheram, bem como as instituições de ensino poderão empregá-las em seus programas de assistência estudantil. Nesse sentido, o objetivo do artigo foi analisar como ex-beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Tocantins romperam com a pobreza intergeracional. Para tanto, o artigo está organizado em cinco seções, contando com a introdução. A segunda seção é dedicada a discutir os fundamentos teóricos pertinentes à organização da pesquisa e discussão dos dados, a terceira apresenta o percurso metodológico da coleta dos dados, com ênfase nos critérios utilizados e técnica de investigação. Já a quarta seção realiza a apresentação e a discussão dos resultados, enquanto a última expõe as considerações finais.

## FAMÍLIAS POBRES E A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA

Em dezembro de 2019, 13.520.588 das famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) encontravam-se em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com renda *per capita* familiar mensal de até R\$ 89,00 e 2.853.527 famílias viviam em situação de pobreza com renda *per capita* familiar mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (SAGI, 2020). Essas famílias têm direitos básicos violados, como a garantia de condições de sobrevivência assegurada pelo artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009, p. 13)

e dos direitos sociais aprofundados no Artigo 6º da CF de 1988 (BRASIL, 1988). Ressalta-se que os direitos civis também ficam violados, pois as condições materiais cerceiam sua plenitude.

A pobreza pode ser mensurada por critérios puramente econômicos, como as linhas de pobreza e pobreza extrema. Esse critério permite comparações e é usualmente utilizado para acesso a benefícios e auxílios sociais. Outra forma de mensuração é por meio de múltiplos critérios, entendendo-a como multidimensional e, portanto, para além de carência financeira, mas reconhecendo a importância deste critério. Assim entendido, outras variáveis são analisadas para entender se uma família está em situação de pobreza, como local de moradia, acesso à educação, saneamento básico e outros. A pobreza carrega em si a noção de deficiência em relação ao padrão mínimo de sobrevivência (SILVA, 2010) e que ocasiona marcas que podem ser físicas (subnutrição, obesidade e outras), sociais (exclusão social, preconceitos, etc.) ou psicológicas (baixa autoestima, depressão e outras).

A minoração da pobreza proporciona às milhares de pessoas que vivem as angústias dos seus cerceamentos melhores condições de vida e de trabalho. Os benefícios, no entanto, estendem-se a toda a sociedade, visto que a desigualdade regional é “a concentração desigual de indivíduos vulneráveis em unidades territoriais comparáveis, sendo a vulnerabilidade em função do número de indivíduos extremamente pobres em um dado território” (ARAÚJO; FLORES, 2017, p. 159). Tal situação impede o desenvolvimento pleno dos ativos materiais e imateriais territoriais e implica que para o sustento dos cidadãos o território precise da redistribuição do crescimento de outros territórios (DALLABRIDA; MARCHESAN; CHAMPREDONDE, 2018).

O desenvolvimento, conforme exposto, com uma perspectiva sustentável requer novas práticas sociais e valorização da cultura e do patrimônio local (SAQUET, 2015; DALLABRIDA, 2010), pois ele é incompatível com o atual modelo de produção, que pressupõe a acumulação e concentração de renda, propiciando o capital constante de alguns em detrimento de outros (SILVA, 2002, 2010). Assim, a erradicação da pobreza é uma utopia, pois ela é oriunda desse metabolismo social (SILVA, 2010).

Destaca-se a existência de diferentes tipologias de pobreza, como a pobreza absoluta e a pobreza relativa, conceitos vinculados à insuficiência de renda. A pobreza absoluta está vinculada à necessidade mínima para a sobrevivência e a relativa é a comparação entre um grupo e a sociedade, denotando as desigualdades sociais (CRESPO; GUROVITZ, 2002; SILVA, 2002, 2010; SANTOS *et al.*, 2017).

A porcentagem de pobres no Brasil foi reduzida entre os anos de 2003 e 2014, mas voltou a crescer a partir de 2014 (NERI, 2019). Essa queda está ligada à aprovação de programas e projetos de redistribuição de renda e um ambiente de crescimento econômico. Nota-se que quando esse cenário foi alterado a porcentagem de pobres voltou a subir com a retração das atividades econômicas no país (SILVA, 2010; KERSTENETZKY, 2017; NERI, 2019).

A família (composta por afetividade e não apenas por consanguinidade) é a primeira socializadora do indivíduo, ela desenvolve as estratégias de sobrevivência de seus membros e reproduz neles o seu ser social (BOURDIEU, 1996). A transmissão intergeracional da pobreza, para Motta e Parente (2018, p. 3), é “uma consequência da ausência de transferências de investimentos necessários, como, por exemplo, para educação, saúde e alimentação das pessoas, mas também pela ausência de políticas públicas que afetam o capital humano e social”. Coutinho,

---

Guimarães e Fernandes (2014) observam que romper com essa reprodução é um dos maiores desafios para a minoração da pobreza.

A pobreza tem possíveis transmissores, como a “falta de infraestrutura e de serviços públicos básicos, a baixa renda, a baixa escolaridade, o analfabetismo, a desnutrição, as baixas condições de vida, a falta de emprego e de oportunidades produtivas, a alta fecundidade e mortalidade” (MOTTA; PARENTE, 2018, p. 411). Bird (2010) divide os fatores que impactam na reprodução da pobreza entre intrafamiliares e extrafamiliares.

Bird (2010) aponta que a intersecção das relações sociais, das políticas públicas e da resiliência podem reverter o quadro de pobreza persistente. Motta e Parente (2018) obtiveram como resultado de sua pesquisa que o acesso à educação pode promover esse rompimento, pois “ela contribui para o aumento dos anos de estudos, podendo também contribuir para maior entrada no mercado de trabalho, melhoria da renda familiar, bem como para a mobilidade positiva de outras variáveis que compõem a pobreza em suas múltiplas dimensões” (p. 420).

Para que se almeje uma sociedade mais equânime é necessário um processo educacional democrático, inclusivo e que dê a todos a oportunidade de romper com a pobreza intergeracional. A educação é essencial nessa construção, visto que favorece o desenvolvimento dos ativos, seja por meio do desenvolvimento de tecnologia ou da qualificação para a participação social. Assim, a educação formal que ocorre nas instituições de ensino exerce uma importante função social, oportunizando a aquisição de novos capitais e habilidades.

A escola, como segunda socializadora do indivíduo, tem para Bourdieu (1996) um papel importante na reprodução da pobreza. Ele destaca que os motivos de sucesso escolar são anteriores a ela, sendo aprendidos na família. Assim, se a escola agir apenas como certificadora dos aprendizados obtidos na família, ela reproduz as desigualdades sociais. O *habitus*, os campos sociais e os capitais são conceitos fundamentais na teoria de Bourdieu, sendo os campos as estruturas concretas, os capitais as moedas de troca usadas nos campos sociais e o *habitus* é obtido pelo aprendizado não intencional e tem como uma das funções “dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 21). Para este autor, a desigualdade se dá pela “posse desigual das diferentes espécies de capitais, que são socialmente herdados” (COUTINHO; GUIMARÃES; FERNANDES, 2014, p. 113).

A teoria do *habitus* informa que o indivíduo não se encontra à sombra das estruturas a executar mecanicamente um roteiro preestabelecido, não havendo espaço para a transgressão, improviso e inventividade. Ao mesmo tempo, não se é totalmente livre para agir segundo cálculos racionais, sempre na perspectiva de maximizar resultados. O agente social é, ao mesmo tempo, racional, mas também fruto dos processos de socialização desde a tenra idade na família (socialização primária), que prossegue em outras instituições, tais como a escola, os meios de comunicação de massa (socialização secundária), apenas para ficar com os dois mais poderosos aos quais estamos sujeitos. Os indivíduos são livres para fazer escolhas, todavia tais escolhas são guiadas (limitadas) pelo *habitus* (COUTINHO; GUIMARÃES; FERNANDES, 2014, p. 110).

Quando as crianças chegam ao sistema escolar com o *habitus* compatível com o que se espera delas, elas terão maiores chances de sucesso. Isso ocorre, por exemplo, quando a criança chega ao sistema escolar com noções de leitura, de concentração e habilidades motoras ensinadas pelos cuidadores. O contrário também é verdadeiro, quando a criança chega ao

sistema escolar com déficits de habilidades e signos valorados. Se somarmos a este exemplo as marcas oriundas da pobreza, como a fome e os déficits cognitivos da subnutrição, as chances de fracasso e evasão escolar são aumentadas (ARROYO, 2014; SOUZA, 2012). Nota-se que esta situação é anterior à própria constituição do sujeito e da sua entrada na escola.

Nesse sentido, é evidente que a meritocracia em uma sociedade desigual é um subterfúgio para esconder a violência simbólica que naturaliza as desigualdades sociais e econômicas (ALMEIDA, 2007). É de suma importância reconhecer a violência simbólica e as práticas que a perpetuam para que as pessoas possam mudar suas histórias de vida. Nesse sentido a escola, ao abordar essa temática, proporcionando aos seus alunos instrumentos para o desvelar da realidade (ARROYO, 2014), conhecimento curricular e outros complementares, age como transformadora. Propicia aos alunos pobres o capital cultural, que é um importante instrumento a ser convertido nos demais capitais, como o social, o simbólico e o econômico (BOURDIEU, 1996).

A educação pode ser uma estratégia das famílias para melhorar o posicionamento no campo social e possibilitar o rompimento da pobreza intergeracional. Não se trata de romantizar a educação como passaporte para o rompimento da pobreza, mas de situá-la como possibilidade em um contexto de articulação das políticas públicas e crescimento econômico.

Os alunos pobres que chegam ao Ensino Superior já venceram vários desafios do sistema de ensino e dos constrangimentos da pobreza. Sobretudo nessa fase de profissionalização, agudizam-se os desafios impostos pelo mundo do trabalho, seja a necessidade de sobrevivência ou de ter um bom nível de empregabilidade. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IESs) cumprem um importante papel na transformação da vida desses alunos, pois propiciam os elementos de que precisam para romper a pobreza. Ações complementares são importantes – como os cursos de idiomas, de nivelamento com conteúdo do Ensino Médio, monitorias no nível da Graduação e cursos livres e abertos que complementam o currículo dos cursos – que somadas às ações da assistência estudantil de caráter universal (para todos os alunos) e socioeconômicas (voltadas prioritariamente aos alunos pobres) contribuem para a permanência dos estudantes pobres nas instituições de ensino.

As novas requisições do mundo do trabalho, como a polivalência e alta tecnologia, implicam a continuidade da formação profissional ao longo da vida. Como exemplifica Pochmann (2012, p. 499), “esses requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no interior do mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional de qualidade dos trabalhadores”. Ele também destaca que “a trajetória recente do desemprego tem sido mais intensa inversamente ao aumento dos anos de estudos” (2015, p. 12), importante para todos aqueles que têm sua renda proveniente exclusivamente da venda da sua força de trabalho.

O aumento da renda é um forte incentivo para cursar o Ensino Superior no Brasil, “a renda média dos jovens de 18 a 29 anos que concluíram a Educação Superior é três vezes maior se comparada à renda dos que não completaram o Ensino Fundamental” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 76). O rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos com Ensino Médio completo ou equivalente em 2017 foi de R\$ 1.255,36 e daquelas com Ensino Superior completo de R\$ 2.799,76 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 78).

O Ensino Superior brasileiro necessitou ser democratizado, pois era marcadamente elitista (POCHMANN; FERREIRA, 2016). Em virtude disso, fazer deste espaço social uma conquista efetiva é uma luta cotidiana. Apenas as políticas de acesso são insuficientes para garantir a graduação dos estudantes pobres, pois acessar, permanecer e diplomar são questões distintas. As políticas de acesso nas Ifes, como as de ações afirmativas e reservas de vagas “constituíram um importante mecanismo de democratização do acesso, que, somado ao sistema Enem/Sisu, permitiu maior mobilidade territorial e justiça social e étnico-racial” (SENGER, 2018, p. 111).

Por meio das políticas de acesso o perfil do discente foi alterado, passando a ser composto por trabalhadores, alunos de escola pública, negros e representantes de famílias de baixa renda (FONAPRACE, 2019). Nesse contexto, as políticas de permanência tornaram-se de suma importância, visto que as carências financeiras podem abortar o sonho de inúmeras famílias que conseguiram acessar o Ensino Superior nas universidades federais. É importante destacar que “cresceu o percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* até 1 e meio SM – de 66,2% em 2014 para 70,2% em 2018 – [...], em 2018, 7 a cada 10 discentes estão incluídos neste perfil de renda coberto pelo Pnaes” (FONAPRACE, 2019, p. 53).

O Pnaes, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), tornou-se um importante instrumento para viabilizar a permanência de estudantes pobres nas Ifes, seja nas UFs ou nos IFs. Ele tem como finalidade “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, artigo 1º). Os programas de permanência não nasceram com o Pnaes, mas foi ele que criou uma matriz financeira e configurou-se como importante marco para aqueles que dependem dos auxílios financeiros para continuarem nas Ifes. “O Pnaes dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018” (FONAPRACE, 2019, p. 11).

Com todos os méritos que o Pnaes possa ter, configurá-lo como instrumento garantidor da permanência me parece algo ambicioso demais, ou por superestimar a efetividade do financiamento, ou por menosprezar a multicausalidade da evasão. Com certeza, o Pnaes é um dos mais efetivos instrumentos de permanência nas Ifes brasileiras, essencial na utopia da equidade. Mas a garantia da permanência, ou até mesmo assegurar igualdade de oportunidades e condições é um sonho a perseguir, algo que envolve elementos que vão para muito além deste estudo, como currículo, atratividade e valorização de carreiras, além das dificuldades típicas da vida (RECKTENVALD, 2017, p. 121).

Com demanda crescente do perfil do público-alvo e diminuição de recursos, vários alunos veem a fruição do direito à educação como um desafio a ser superado e as instituições encontram-se em um dilema entre contemplar maior número de alunos ou aumentar o valor dos auxílios (RECKTENVALD, 2017). Nesse contexto, emerge a necessidade do programa se tornar lei, sendo aprovada a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), dando segurança jurídica a tantos alunos que dependem desses auxílios.

Por fim, cabe salientar que “em 2018, 50,8% dos(as) estudantes têm origem em famílias em que nem o pai, nem a mãe, ou quem os(as) criou como tal, tiveram acesso à universidade. A cada 10 estudantes 5 estão fazendo história relativamente aos pais e mães” (FONAPRACE, 2019, p. 64). E “suas famílias, suas visões de mundo, suas rendas, sua inserção no mercado de trabalho, sua leitura da realidade jamais serão as mesmas. E o país, vendo multiplicar as

oportunidades acadêmicas a um número maior e mais diverso de pessoas, poderá colher os frutos da ampliação em seu desenvolvimento” (FONAPRACE, 2019, p. 83). No próximo subitem abordaremos o método utilizado no estudo.

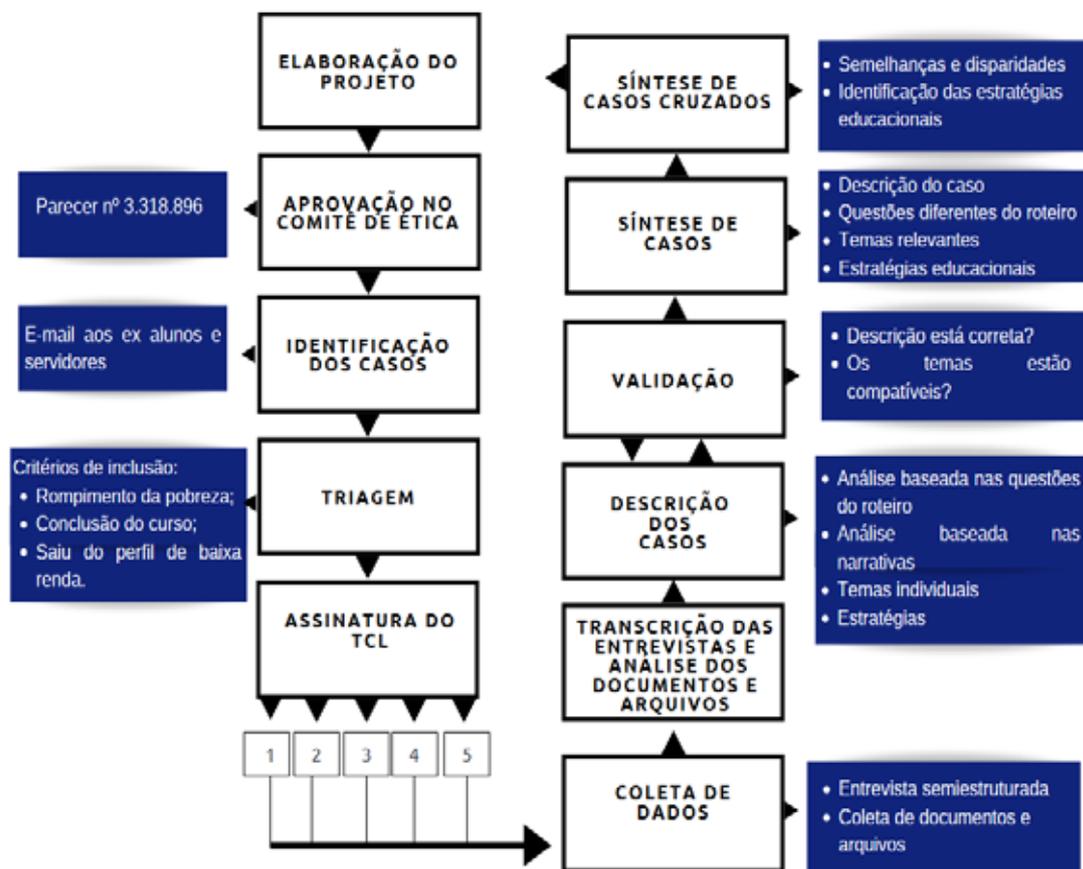
## PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo, por meio da análise de casos múltiplos holísticos e intencionais (YIN, 2015), com área de realização no Estado do Tocantins. O objetivo foi analisar como ex-beneficiários do Pnaes no Tocantins romperam com a pobreza intergeracional, com a identificação das suas estratégias de rompimento. Para tanto a pesquisa desenvolvida teve abordagem qualitativa.

A pesquisa seguiu os preceitos éticos, sendo aprovada no CEP da Universidade de Taubaté, número do parecer 3.318.896. Devido aos riscos da pesquisa, como o desconforto emocional, foi disponibilizado aos entrevistados suporte psicológico e social. Para resguardar a identidade dos entrevistados, os nomes de pessoas, de cidades, de cursos e de localidades não são mencionados, sem prejudicar as informações necessárias à realização da investigação.

A pesquisa foi desenvolvida com cinco unidades de análise, sendo cada uma um caso completo (holísticas), cruzadas ao final na análise de casos cruzados (YIN, 2015). A Figura 1 exemplifica o desenho metodológico que foi baseado em Yin (2015) e Creswell (2010, 2014).

Figura 1 – Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborada com base em Yin (2015) e Creswell (2010, 2014).

A seleção de casos foi intencional quanto à representatividade para elucidar o problema de pesquisa (YIN, 2015), portanto os casos passaram por uma triagem. Os critérios de inclusão foram: reconhecimento do sujeito que rompeu a pobreza; conclusão do curso ao qual o auxílio do Pnaes estava vinculado e se ele saiu do critério de baixa renda do CadÚnico. Um caso foi descartado, porque o auxílio do Pnaes foi recebido no Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio.

A saturação dos casos foi por meio da replicação literal (YIN, 2015), destacando-se que “cada estudo de caso individual consiste em um estudo completo, no qual a evidência convergente é procurada em relação aos fatos e às conclusões do caso; as conclusões de cada caso são, então, consideradas a informação que precisa ser replicada por outros casos individuais” (YIN, 2015, p. 63). A identificação dos casos foi por meio de mensagens em redes sociais e de *e-mails* direcionados a profissionais da assistência estudantil das Ifes do Tocantins.

A entrevista semiestruturada foi o principal instrumento de coleta de dados, com a coleta de documentos (notícias e artigos) e arquivos (currículo Lattes e registro fotográfico) sendo complementares a ela. O roteiro da entrevista foi baseado no referencial teórico e compreendeu as variáveis econômica, social e ambiental e educação. Os arquivos e documentos foram utilizados para referendar as entrevistas.

A técnica de síntese de casos cruzados (YIN, 2015) foi utilizada para a análise dos dados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com relação às questões do roteiro e nas questões que surgiram que não estavam previstas no roteiro de entrevista (PONDÉ; MENDONÇA; CAROSO, 2009). Após a análise das entrevistas, junto com os dados de documentos e arquivos, foi redigida a descrição dos casos, composta de temas individuais e das estratégias utilizadas no período da Graduação.

Para aumentar a validade do constructo do estudo (YIN, 2015) a descrição dos casos individuais foi submetida ao seu informante para que este pudesse responder às perguntas: A descrição está correta e os temas estão compatíveis? Há algo mais a acrescentar que você considere importante para os objetivos da pesquisa? Após as devolutivas e as referidas correções, seguiu-se para a escrita do relatório individual (consta na dissertação) e a análise cruzada, sendo sua síntese o resultado e discussão deste artigo.

A técnica de síntese de casos cruzados consiste em “uma compilação de dados para um estudo de casos múltiplos, examinando os resultados para cada caso individual e, então, observando o padrão dos resultados ao longo dos casos” (YIN, 2015, p. 247). Essa análise consta no próximo subitem.

## **O Pnaes e a superação da pobreza intergeracional**

Os resultados da investigação possibilitaram identificar os fatores relacionados à superação da pobreza intergeracional mediante a assistência propiciada pelo Pnaes. Para favorecer a compreensão dos resultados obtidos optou-se por apresentar uma síntese dos casos analisados no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos casos

Características	Casos				
	1	2	3	4	5
Sexo	Mulher	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Gênero	Mulher	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Faixa etária em anos	51 a 60	20 a 30	20 a 30	20 a 30	20 a 30
Período em anos de graduado	4	4	3	4	Menos de 1
Complemento ao auxílio do Pnaes	Trabalho informal  Pesca para subsistência	Ajuda familiar  Outras bolsas	Trabalho informal  Outras bolsas  Ajuda familiar	Ajuda de parentes  Pesca para subsistência	Ajuda de parentes  Ajuda de outros  Outras bolsas
Presença de ensino superior na família	2º (graduou-se após o filho)	2º (graduou-se após a mãe)	2º a graduar	1º a graduar	1º a graduar
Renda familiar em salários-mínimos (valor nominal) e número de membros antes da inserção no ensino superior	0 reais/4	1,5/6	1 a 2/6	Menor que 1/3	1/6
Renda familiar em salários-mínimos (valor nominal) e número de membros após diplomação no ensino superior	Mais de 3/2	Mais de 9/2	De 2,5 a 4/4	Acima de 5/4	2/1
Maior parte do sistema escolar	Público	Público	Público	Público	Público

Fonte: Os autores (2020).

Os casos apresentam algumas semelhanças entre si. Quanto às variáveis econômicas destaca-se que todos os entrevistados tiveram inserção recente no mercado de trabalho, menos de 5 anos após a diplomação, na maioria dos casos decorrentes da Graduação. Em virtude disso, o patrimônio financeiro ainda está em construção. Nenhum deles recebeu herança pecuniária ou repasse de recurso que os tenha ajudado nas mudanças financeiras. Apesar da recente inserção no mercado de trabalho, os entrevistados já apontam uma mudança significativa na renda bruta de suas famílias, situação que corrobora as pesquisas que apontam que os rendimentos de quem possui o Ensino Superior são maiores do que aqueles não possuem (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

Ainda sobre os rendimentos dos entrevistados cabe destacar que devido à renda anterior *per capita* ser de menos de meio salário mínimo, a construção do patrimônio é lenta e gradual. Junto a este fato, a constituição de novas famílias para os entrevistados não os desobrigou dos compromissos com a família de origem, conforme apontado por Sarti (2011), diminuindo os recursos para investimentos patrimoniais.

Todos os entrevistados tiveram a necessidade de complementação do auxílio recebido, que era no valor máximo de 400 (quatrocentos) reais. Em alguns casos a situação econômica da família era ínfima e precisavam buscar recursos com parentes, amigos ou outras pessoas. Dois dos casos complementavam a renda com trabalhos informais realizados em contraturno com as atividades escolares. Dois casos complementaram com a pesca para a subsistência, e sobre isso uma das entrevistadas mencionou: “também começamos a pescar, que para os

outros parecia um divertimento, mas muitas vezes, o único alimento que tínhamos era o peixe pescado por nós [...]” (CASO 1).

Os poucos recursos financeiros familiares e a necessidade de sobrevivência transformam os estudantes em trabalhadores, o que é um fator de risco para evasão devido à incompatibilidade de carga horária entre a academia e o trabalho (FONAPRACE, 2019). Pochmann (2012) considera que trabalhadores também se tornam estudantes. Sem o suporte dos auxílios financeiros, os estudantes – trabalhadores ou trabalhadoras – têm as chances de permanência na Ifes minoradas. Cabe ressaltar que o valor do auxílio não é um atrativo para a substituição de um emprego formal pelos bancos da academia, o que leva os alunos pobres para a academia são os motivos já elencados, como aumento da renda, maior empregabilidade, maior estabilidade, entre outros.

Outra estratégia que os entrevistados utilizaram para a subsistência no período da Graduação foi a busca por outras bolsas, mostrando a importância do acúmulo de outros recursos para os alunos pobres. Devido à baixa renda dos beneficiários do Pnaes, permitir o acúmulo de bolsas pode configurar-se como a garantia de subsistência na Academia, bem como um acúmulo de capital cultural, social e simbólico, itens importantes para a empregabilidade desses alunos. O entrevistado do Caso 5 relata que essa foi uma conquista do movimento estudantil da Ifes em que ele estudou. Sobre este movimento ele argumenta que mesmo com a marginalização das ações do movimento estudantil ele é necessário para pensar a “educação pública como uma arma capaz de transformar a sociedade e minimizar as sequelas das expressões e manifestações da questão social” (CASO 5). A participação política do estudante na Academia é apontada como um fator de permanência, bem como em programas de ensino, pesquisa, extensão e outros (FONAPRACE, 2019).

Com relação às variáveis sociais e ambientais é importante mencionar que a composição familiar dos entrevistados era heterogênea, sendo hegemônica a baixa escolaridade dos progenitores. Apenas no caso 2 havia um dos progenitores com Ensino Superior, nos demais casos eles possuíam como escolaridade máxima o Ensino Fundamental. Apesar da baixa escolaridade, oportunizaram que seus filhos adquirissem graus mais altos de escolaridade. Uma das estratégias para que isso ocorresse foram as mudanças entre cidades e de zona rural para urbana. Sarti (2011, p. 31) menciona que “a expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante”.

Cabe destacar que aqueles que migraram para estudar sem a família tiveram suas situações socioeconômicas fragilizadas, visto que os recursos financeiros foram divididos entre dois domicílios, situação que se agudiza nas famílias que têm seus rendimentos exclusivos da agricultura de subsistência, questões apontadas nos estudos de Alves (2010) e Fernandes (2018).

Dois dos entrevistados tinham renda estável de um salário mínimo mensal, o que se manifestou como importante fator de segurança alimentar. Esses casos mencionaram não terem passado por situações de fome. Os demais relataram que passaram por situações graves de insegurança alimentar e fome, como no caso 4, que necessitava do assistencialismo da comunidade por meio do recebimento de sopa gratuita.

Notou-se significativa melhora na escolaridade das famílias, pois aqueles que têm filhos têm inculcada a necessidade de investimento de capital cultural, atitude que coaduna

com as estratégias de multiplicação de capitais abordadas por Bourdieu (1996). Com relação à comunidade, os entrevistados mencionaram que o relacionamento foi qualificado com a Graduação, sendo mencionado pelo caso 1 como mais “voz”, “autoridade para discutir assuntos” na comunidade. O caso 2 mencionou que a categoria profissional tornou-se uma importante rede social. Assim, por meio da Graduação, os entrevistados tiveram valorado ou adquirido o capital social e o capital simbólico.

Os entrevistados foram alunos de escolas públicas e não cursaram o Ensino Infantil, mas argumentaram que suas famílias os acompanharam durante o Ensino Fundamental, o que pode ter suprido a carência do Ensino Infantil. O caso 1, que apresentou menor acompanhamento familiar, concluiu o Ensino Médio após seu casamento e sua Graduação foi realizada após 3 décadas da conclusão do Ensino Médio; em contraponto, o caso 2, no qual a mãe tinha Ensino Superior e realizava acompanhamento sistemático, a Graduação foi após a conclusão do Ensino Médio, bem como no caso 3, em que o curso foi ofertado na cidade de moradia da família do estudante. É salutar ressaltar que entre o caso 1 e os demais mencionados há o avanço das políticas públicas de educação, principalmente da educação superior federal no Brasil (FONAPRACE, 2019).

Mesmo com os constrangimentos estruturais da pobreza, os entrevistados graduaram-se em tempo regular de seus cursos e continuam estudando, majoritariamente almejam o curso de Mestrado. O caso 4 está com as atividades acadêmicas suspensas em virtude da dedicação à maternidade.

Os entrevistados realizaram suas graduações em cidades pequenas, denotando a importância da interiorização dos *campi* das Ifes. Para 3 dos casos este foi um critério de escolha para a definição dos cursos por causa do baixo custo de vida. Um dos casos mencionou que a escolha do curso foi por afinidade com a área do curso técnico que ele possuía e o outro em razão da empregabilidade do curso escolhido.

Importante destacar que a baixa escolaridade dos pais, a migração motivada por questões educacionais, trabalho infantil e informal dos pais ou do próprio entrevistado, insegurança alimentar, foram temas recorrentemente mencionados nas entrevistas pelos entrevistados, o que corrobora a literatura mencionada sobre a pobreza e seus reprodutores (BIRD, 2010; MOTTA; PARENTE, 2018).

Notou-se que quanto menor o rendimento dos entrevistados maior foi a importância das políticas públicas mencionada por eles, como Pnaes, Pnae, PBF, expansão do Ensino Superior, interiorização dos *campi*, assistência estudantil, bolsas de fomento para pesquisa e extensão, Programa Pioneiros Mirins, Programa Jovem Aprendiz, gratuidade do ensino público e Política de Previdência Social. As políticas públicas, bem como outros espaços sociais, têm importante função social de propiciar que o capital social do sujeito seja expandido e por meio dele as perspectivas e anseios, rompendo com possíveis limitações vivenciadas na família (COUTINHO; GUIMARÃES; FERNANDES, 2014, p. 146).

Pode-se inferir que o rompimento da pobreza intergeracional ocorrido na trajetória dos sujeitos foi proveniente da articulação entre os fatores intrafamiliares e extrafamiliares, que propiciaram que eles pudessem adquirir o capital cultural necessário à empregabilidade, convertendo-o em capital social, simbólico e no econômico, decorrendo na saída da classificação de baixa renda.

---

Figura 2 – Como os ex-beneficiários do Pnaes no Tocantins romperam a pobreza intergeracional?



MPC

Fonte: Os autores (2020).

A Figura 2 exemplifica a articulação dos fatores intra e extrafamiliares, alteração do *habitus*, aquisição de novos capitais, políticas de acesso, permanência e diplomação no Ensino Superior e oportunidades no mercado de trabalho. Importante salientar que esse processo ocorreu em uma relação dialética com os constrangimentos impostos pelo modo de produção capitalista.

O rompimento da pobreza intergeracional constituiu-se de um somatório de estratégias familiares desenvolvidas ao longo da vida dos entrevistados, como incentivos educacionais, as migrações, o acompanhamento escolar. Essas estratégias propiciaram que fossem incorporados no *habitus* dos entrevistados os signos importantes para o bom desempenho educacional.

Destaca-se que os entrevistados desenvolveram estratégias na Graduação que potencializaram as possibilidades de inserção no mercado do trabalho, foram elas: a participação em projetos de extensão, pesquisa e/ou outros; uma média diária de quatro horas de estudo extraclasse; permanência diária estendida na instituição de ensino; muitas participações em eventos; proximidade com movimento estudantil na universidade; recebimento de auxílios do Pnaes como estratégia de permanência; presença de uma rede de apoio com capital cultural e aproveitamento das oportunidades de trabalho.

Todas as estratégias elencadas propiciaram que os entrevistados aumentassem seus capitais. A articulação dos auxílios do Pnaes com os outros programas das instituições mostrou-se um importante fator de permanência, bem como potencializador da empregabilidade. Ressalta-se a importância do Pnaes como fator de permanência, visto que, sem ele, possivelmente as outras estratégias não teriam sido executadas por alunos de baixa renda devido à necessidade de subsistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa confirmam a importância de oportunizar que alunos pobres possam permanecer no Ensino Superior até a diplomação, como uma possibilidade de rompimento da pobreza intergeracional.

Compreende-se que as lés são formadas pela comunidade interna e externa, portanto é importante que todos os envolvidos tenham acesso a capacitações que os ajudem a desvelar a realidade e os aparatos que reproduzem a violência simbólica, para que assim a educação possa ser transformadora. Nesse sentido, aproximar-se das famílias dos discentes também é de extrema importância, pois elas podem ser fatores de permanência e motivação aos discentes. E ao aproximar-se da Academia as famílias poderão ter valoradas as suas potencialidades.

Ressalta-se que a articulação de programas e dos auxílios é um importante instrumento para a superação da pobreza, visto que garante a permanência e auxilia na aquisição dos capitais e do *habitus* necessário à empregabilidade, cientes de que os alunos pobres precisarão de mais esforço, dedicação e horas de estudo.

O objetivo do estudo foi alcançado mediante a identificação das estratégias utilizadas pelos entrevistados na Graduação e que podem ser replicadas por discentes e incorporadas nos programas de assistência estudantil. Elas são de baixo custo e foram efetivas nos casos estudados, cientes de que a análise dos casos não visa a generalizações.

Por fim, é importante salientar que um maior grau de escolaridade possibilita que em cenários de crescimento econômico os sujeitos possam ter uma melhor inserção no mercado de trabalho ou possam empreender em uma atividade econômica. A educação também é basilar para melhorar as relações sociais e os processos políticos da sociedade; assim, é de suma importância sua valorização e qualificação. Sugere-se para estudos futuros a análise quantitativa dos beneficiários que romperam a pobreza, bem como a replicação teórica das estratégias.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução. *Revista Inter Ação*, 30(1), p. 139-155. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1291>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- ALVES, E. J. *Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal de Tocantins, Campus de Palmas*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, CE, 2010. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5950/1/2010-DIS-EJALVES.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- ARAUJO, V; FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 25, n. 63, p. 159-182, set., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n63/0104-4478-rsocp-25-63-0159.pdf>. Acesso em: 1º set. 2018.
- ARROYO, M. G. *Pobreza e currículo: uma complexa articulação*. Módulo IV. Florianópolis: UFSC; ETV, 2014.
- BIRD, K. How is poverty transmitted intergenerationally and what might be done to stop it in its tracks? Conference Paper, Ten Years of War Against Poverty Conference Papers, *Conference: Ten Years of War Against Poverty*. 2010. Disponível em: <http://www.chronicpoverty.org/publications/details/how-is-poverty-transmitted-intergenerationally-and-what-might-be-done-to-stop-it-in-its-tracks>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 25 jan. 2020.

COUTINHO, H. G.; GUIMARÃES, C. A. S.; FERNANDES, F. C. *Transmissibilidade intergeracional da pobreza: visões e percepções*. Relatório de Pesquisa. Recife, agosto, 2014. Disponível em: [https://www.fundaj.gov.br/images/stories/pesquisas\\_concluidas/2010\\_Atualmente/transmissibilidade\\_intergeracional\\_da\\_pobreza.pdf](https://www.fundaj.gov.br/images/stories/pesquisas_concluidas/2010_Atualmente/transmissibilidade_intergeracional_da_pobreza.pdf). Acesso em: 25 jan. 2019.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-Eletrônica*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. Revisão técnica Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J.; CHAMPREDONDE, M. Produto com tipicidade territorial consolidada e indicação geográfica: possíveis contribuições para novas experiências. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 5, p. 237-251, set./dez. 2018, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4102>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 165-186, set./dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v15i3.1029>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1029>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FERNANDES, R. V. *Programa de Bolsa Permanência – uma avaliação das possibilidades para a conclusão do Ensino Superior do estudante vulnerável na UFT/Campus de Gurupi*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2018. Disponível em <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1088>. Acesso em: 2 out. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS(AS) GRADUANDOS(AS) DAS IFES – 2018, 5., 2019. Uberlândia, maio 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

KERSTENETZKY, C. L. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 36, n. 2, p. 15-34, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n2/1980-5403-nec-36-02-15.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, Cedepe/PUC-SP, 2015. p. 75-89.

MOTTA, A. M.; PARENTE, C. P. Reprodução intergeracional da pobreza: o caso do complexo de favelas do São João – Rio de Janeiro – Brasil. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais (Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales)*, v. 3, p. 410-421, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117612/2/303487.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

NERI, M. C. A escalada da desigualdade – qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e pobreza? *FVG Social*, Rio de Janeiro, RJ, 29p. ago. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. UNIC, Rio de Janeiro, ago. 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

POCHMANN, M. Trabalho e formação. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 25 jan. 2020.

- POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 7-19, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002> . Acesso em: 25 jan. 2020.
- POCHMANN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1.241-1.267, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01241.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- PONDÉ, M. P.; MENDONÇA, M. S. S.; CAROSO, C. Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, RJ, v. 16, n. 1, p. 129-143, jan./mar. 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5891/1/\\_www.scielo.br\\_pdf\\_hcsm\\_v16n1\\_08.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5891/1/_www.scielo.br_pdf_hcsm_v16n1_08.pdf). Acesso em: 26 jan. 2020.
- RECKTENVALD, M. *Política de permanência em uma universidade pública popular: compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188852>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único*. Brasília – DF, 25/1/2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> . Acesso em: 25 jan. 2020.
- SANTOS, C. S. et al. Representações sociais de profissionais de saúde sobre doenças negligenciadas. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170016.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre o território*. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SENGER, A. *Assistência estudantil no Ensino Superior: uma análise do programa auxílio estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018. Disponível em: <tede.unioeste.br/handle/tede/3923>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SILVA, M. O. S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3720/1753>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SILVA, N. K. R. Programa nacional de assistência estudantil e o rompimento da pobreza intergeracional: um estudo de casos múltiplos com ex-beneficiários do estado do Tocantins. 2020. Dissertação (Gestão e Desenvolvimento Regional Mestrado Profissional - PPGA/MGDR) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/4538>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Rev. Katálysis [on-line]*, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010. ISSN 1982-0259. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802010000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802010000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 26 jan. 2020.
- SOUZA, J. A dimensão simbólica do capitalismo moderno. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 41-59, dez. 2012. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019*. São Paulo: Editora Moderna: 2019. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf) . Acesso em: 26 jan. 2020.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Cristhian Matheus Herrea. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. *E-book*.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está  
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0